

BNCC EM CENÁRIOS ATUAIS:

CURRÍCULO, ENSINO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Micheli Bordoli Amestoy

Ivanio Folmer

Gabriella Eldereti Machado

ARCO
EDITORES ● ● ●

**BNCC EM CENÁRIOS ATUAIS:
CURRÍCULO, ENSINO E A FORMAÇÃO DOCENTE**

Organizadores:

**Micheli Bordoli Amestoy
Ivanio Folmer
Gabriella Eldereti Machado**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

BNCC em cenários atuais [livro eletrônico] :
currículo, ensino e a formação docente /
organização Micheli Bordoli Amestoy , Ivanio
Folmer , Gabriella Eldereti Machado. -- 1. ed.
-- Santa Maria, RS
: Arco Editores, 2021.
PDF

ISBN 978-65-00-15431-3

1. BNCC - Base Nacional Comum Curricular 2.
Educação 3. Políticas públicas de educação 4.
Professores - Formação profissional I. Amestoy,
Micheli Bordoli. II. Folmer, Ivanio. III. Machado,
Gabriella Eldereti.

21-54011

CDD-375.001

Índices para catálogo sistemático:

1. Base Nacional Comum Curricular : Educação 375.001

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI DO LIVRO:

10.48209/978-65-00-15431-3

1.^a Edição - Copyright© 2020 dos autores.

Revisão: Arco Editores

O POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA FRENTE À PRODUÇÃO DO TEXTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Kéli Renata Corrêa de Mattos¹

Micheli Bordoli Amestoy²

Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto³

1 Licenciada em Ciências Biológicas pela UFFS – Campus Cerro Largo. Mestranda do PP-GECQVS/UFSM. Bolsista CAPES. E-mail: kellic.mattos@gmail.com.

2 Doutora e Mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pós-doutoranda em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS/UFSM). Bolsista PNPd/ CAPES. E-mail: micheliamestoy@gmail.com.

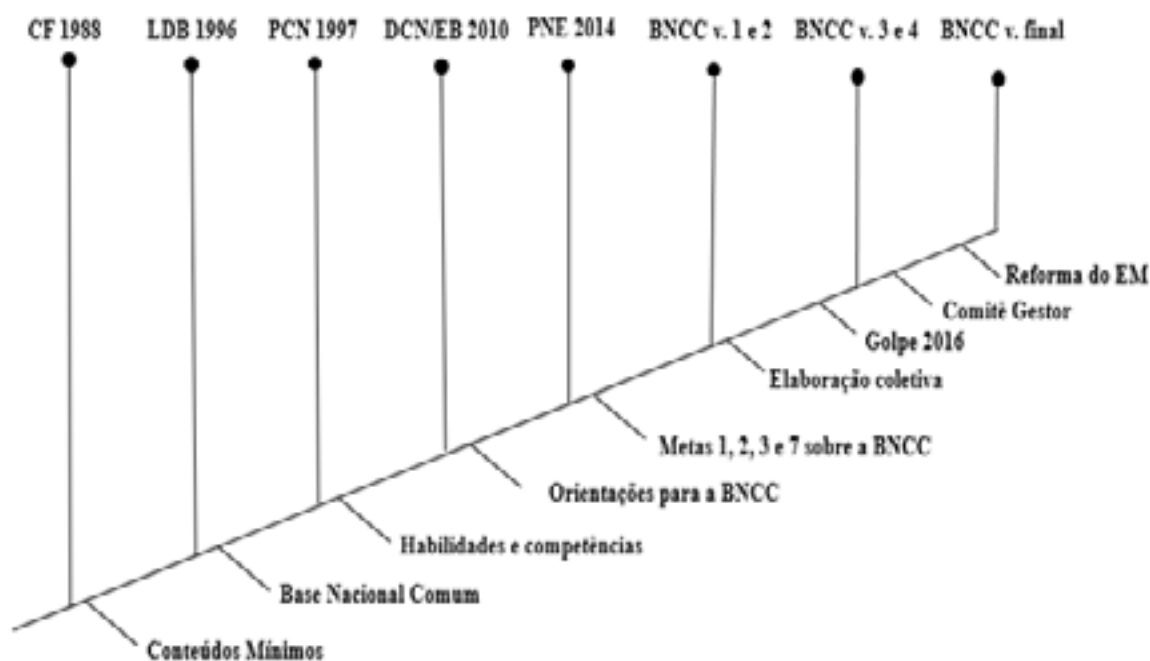
3 Doutor e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS/UFSM). E-mail: luiz.neto@ufsm.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é resultado de um longo período de disputas em torno do que deveria ser uma política de currículo para a Educação Básica brasileira. Desde a Constituição Federal (CF) de 1988, intensificaram-se as discussões de como deveria ser o currículo, perpassando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/ Lei nº 9394/1996), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1996) até ganhar maior expressividade no Plano Nacional de Educação (PNE/ Lei nº 13005/2014) (HYPOLITO, 2019).

O PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) apresenta entre as 20 metas para o decênio educacional brasileiro quatro metas relacionadas a uma Base Nacional (metas 1, 2, 3 e 7), as quais reforçam o estabelecimento de uma Base Nacional Comum tanto para o Ensino Fundamental (EF), quanto para o Ensino Médio (EM). De modo genérico, pode-se observar a trajetória das principais políticas públicas dos últimos 30 anos até a publicação da BNCC na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Panorama das políticas públicas educacionais brasileiras



Fonte: Autores, 2020.

A BNCC em sua última versão para o Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação /

Conselho Pleno (CNE/CP) Nº 2/2017, tornando-se obrigatória. Já a BNCC com todas as etapas da Educação Básica, incluindo o Ensino Médio, foi homologada em dezembro de 2018, por meio da Resolução do CNE/CP Nº 4/2018.

Conforme se observa na Figura 1, uma série de políticas públicas prepararam o terreno para o estabelecimento de uma Base Curricular no Brasil. Porém, é válido destacar que o estabelecimento desta política está intimamente relacionado ao significativo avanço do neoliberalismo nas tomadas de decisões políticas em Países da América Latina nos últimos anos (BRANCO et., al, 2018). Conforme evidencia Ames-toy (2019, p. 96):

As reformas educacionais focalizadas no Estado têm incitado gestores de políticas públicas em muitos países, a olhar para o Chile como o país que tem o foco em pressupostos de mercado e privatizações associados às suas políticas educacionais. Um exemplo são os processos de privatização da gestão, com a utilização de um sistema de *vouchers* ou vales- educação, e formas de escolas autogestadas - como as escolas *charter*.

A produção da BNCC desencadeou uma série de polêmicas e conflitos. Desde o início das discussões no ano de 2015 até a homologação da versão final da Base no ano de 2018, houve uma série de debates, divergências e resistências. Apesar do documento da Base ter sido o documento que mais recebeu sugestões e contribuições na história do currículo no Brasil (fato que, por si só, já é polêmico), não quer dizer que estas tenham sido contempladas na versão final do documento.

A proposta da BNCC, além de ser baseada em um ensino por habilidades e competências - concepções consideradas já superadas por seu caráter utilitarista -, ainda abre espaço para o discurso e a ação da privatização, da precarização do trabalho docente e da interpelação da lógica empresarial escolar (LAVAL, 2018).

Em contrapartida, os principais envolvidos e interessados nas reformas curriculares - professores, gestores e pesquisadores da área de ensino e educação - não eram unânimes quanto à clareza e pertinência dessa proposta curricular. No processo da gênese da BNCC, destacam-se dois elementos histórico-político que fazem parte desse processo. A tensão e disputa política a qual o país estava vivenciando, que culminou para o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 (SAVIANI, 2018).

E a hibridização das contribuições, isto é, muitas instituições, sindicatos, asso-

ciações e sociedades que realizaram a crítica ao documento durante o processo de construção da Base, também fizeram parte e assinaram sua construção e autoria.

Esse fato expõe a contradição paradoxal entre desaprovar e envolver-se, uma vez que a construção da Base já estava em andamento e a crítica já estava sendo feita - registro histórico do evento - ainda assim, algumas representações optaram pela cooperação em uma tentativa de colaborar positivamente nas discussões e na redação do documento (1ª e 2ª versão).

Considerando a BNCC como política foco deste estudo, utiliza-se como embasamento teórico-metodológico o Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL; BOWE, 1992). O Ciclo de Políticas caracteriza-se por um conjunto de contextos, sendo três deles principais: Contexto de Influência, Contexto da Produção do Texto e Contexto da Prática. Esses contextos estão relacionados e, portanto, não possuem uma dimensão temporal ou sequencial. Para contemplação do objetivo da tessitura deste texto, as discussões aqui estabelecidas aproximam-se dos primeiros dois contextos, o de Influência e o da Produção do Texto.

O contexto de influência caracteriza-se pelo início de uma dada política, momento em que os discursos políticos são construídos e se torna possível identificar os principais grupos que buscam influenciar a política em análise. A partir de então, os conceitos centrais do discurso são legitimados tornando-se base para a política. Esse contexto será contemplado neste estudo, por meio da identificação dos diferentes atores que influenciaram nas decisões políticas de currículo no Brasil durante o processo de construção da BNCC. Esses atores são majoritariamente representantes da iniciativa privada, que visam inserir a lógica empresarial na escola e apresentam um potente discurso de 'autonomia', travestido de 'oportunidades' e logo, da responsabilização individual.

O contexto de produção do texto relaciona-se ao interesse público mais amplo. No texto político formal, sua redação está intrinsecamente relacionada aos acordos de interesses expostos nos grupos influenciadores que atuaram no contexto de influência. Os contextos de influência e de produção de texto andam juntos, na medida em que estabelecem uma relação simbiótica proporcionada pela abordagem do Ciclo de Políticas.

O contexto de produção de texto será aqui evidenciado a partir dos pareceres emitidos por associações da área de Ensino/Educação. A forma de manifesto destas associações demonstra tanto a expressão das suas percepções em relação ao texto/discurso adotado pela Base, quanto as suas tentativas de contribuição na redação do documento ao longo do seu período de construção (2015-2018).

Na busca por uma delimitação da produção do texto é importante considerar a relação tempo-local em que essa produção foi elaborada, uma vez que a discussão em torno da mesma não se esgota (BALL; BOWE, 1992). Partindo desse contexto inicial, esta escrita tem como objetivo apresentar o posicionamento das associações de Ensino/Educação, em relação à produção do texto da BNCC, a partir do referencial teórico do Ciclo de Políticas.

Para organizar esse capítulo, optamos por abordar os seguintes tópicos: Considerações iniciais; A gênese da BNCC e seus contextos de influência; A BNCC e o contexto de produção de texto: o que dizem os posicionamentos das associações educacionais?; Considerações finais e as referências.

A GÊNESE DA BNCC E SEUS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA

A BNCC não é um documento concebido e gestado no Brasil. Pelo contrário, recebeu profundas influências de outros países e foi idealizado para atender às demandas mundiais. As organizações internacionais estão alinhadas a esta perspectiva educacional global e desempenham grande influência nessa mesma escala.

Tanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU), tem desempenhado papel decisivo, ao vincular determinadas reformas educacionais ao desenvolvimento econômico dos países periféricos (AMESTOY, 2019).

Estes organismos criam uma listagem de quais são os conhecimentos básicos/essenciais à formação dos estudantes e em que momento da trajetória escolar devem ser explorados. Compreendemos que a seleção de conhecimentos presentes no currículo, requer um processo democrático, apesar disso, percebe-se que esse processo tem sido realizado por grupos designados aptos para essa tomada de de-

cisão. Essa verticalização das políticas de currículo deixam o professor e toda a comunidade escolar à mercê do que é decidido por grandes organismos e empresas, sendo que seguidamente os textos oficiais chegam ao seu conhecimento quando já estão acabados (AGUIAR, 2018).

Ademais, a forma como as políticas neoliberais articulam o seu discurso em torno das reformas da educação, conduz à aceitação voluntária, a ponto de tornar a opinião pública favorável a essas mudanças. Com a oficialização (e não legitimação) de conhecimentos puramente técnicos e utilitaristas, em um viés mercadológico, a formação dos sujeitos está exclusivamente direcionada ao mercado de trabalho. Forja a escola como um espaço não mais de formação humana, mas de formação fabril, voltada a mão de obra qualificada, flexível e barata (FREITAS, 2018).

Nesse contexto de influência, percebe-se o que Ball denomina como Rede Global de política educacional, em que os atores identificam-se por meio de organizações filantrópicas e fundações (BALL, 2018). No contexto nacional, destacam-se o Movimento Todos pela Educação (MTE) e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNCC). São organizações que reúnem uma série de empresas privadas que garantem se envolver em educação por filantropia, todavia, a política neoliberal e a relação público-privado em torno do processo, indicam intenções pouco animadoras (CORRÊA; MORGADO, 2020).

Há ainda as inúmeras manifestações de institutos, ONGs, fundações, chamadas de “nova filantropia” (AVELAR; BALL, 2017). Esses grupos são, em geral, criados e financiados por empresas e interferem nos processos decisórios por meio de *lobby*. De acordo com Avelar e Ball (2017) a “nova filantropia” trata as doações como investimentos, os resultados como retornos e quer se envolver em decisões sobre como o dinheiro é usado e, conseqüentemente acaba repovoando e reformulando as redes políticas existentes com a chegada de novos atores no campo da política social e educacional.

Como visto, a nova ordem educacional tem como lógica a retirada progressiva de autonomia da escola, em paralelo com a valorização da empresa, do privado e do mercado (LAVAL, 2018). Diferentes grupos empresariais apresentam-se com as ‘melhores intenções éticas’ de contribuir com a escolarização. Colocam como foco curricular a formação dos sujeitos “com habilidades intelectuais mais diversificadas e

flexíveis, adaptabilidade às funções e polivalente, atento à lógica da competição, da produtividade e do desempenho individual” (FERNANDES, 2014, p. 8).

Nessa Rede Global de influências, novos atores (pessoas físicas, instituições, entidades, serviço público) com novos papéis (consultoria, prestação de serviço, mentoria) em novos espaços (gabinetes, lobbies, redes sociais) e em novas escalas (globais, transnacionais) passam a conceber novas políticas públicas.

A BNCC E O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE TEXTO: O QUE DIZEM OS POSICIONAMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES EDUCACIONAIS?

Esta seção tem como objetivo auxiliar na compreensão de como a Base, mais especificamente as suas versões ao longo do processo de elaboração, foi recebida pela comunidade acadêmica. Houve um grande número de manifestações, por meio de pareceres emitidos pelas principais associações nacionais das áreas da Educação e do Ensino, como também pelos sindicatos, confederações, universidades, grupos de pesquisa, entre outros envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no país.

Foram emitidos significativos posicionamentos críticos e contrários a BNCC, pelas seguintes associações e entidades educacionais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Brasileira de Currículo (ABdC), Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

O conjunto de iniciativas dessas associações resulta no contexto de produção de texto que possui relação simbiótica com o contexto de influência. Enquanto o contexto de influência relaciona-se com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos, por sua vez, articulam-se com a linguagem do interesse público mais geral (MAINARDES, 2006).

Destaca-se, também, as inúmeras manifestações por meio de produções científicas, que apesar do número de páginas limitar uma discussão mais profunda, ainda assim serve de subsídio para a fundamentação das discussões aqui tramadas.

O Quadro 1 a seguir, elenca algumas associações da área da Educação e do Ensino, amplamente conhecidas em contexto brasileiro, as quais tiveram posicionamento sobre o documento da BNCC.

Quadro 1: Associações brasileiras da área da Educação/Ensino que emitiram nota sobre BNCC

Associação	Posicionamento	Ano(s)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)	Contrário	2015 2017 2018
Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)	Contrário	2015
Associação Brasileira de Currículo (ABdC)	Contrário	2015 2018
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)	Contrário	2018
Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)	Contrário	2018

Fonte: Autores, 2020.

Os posicionamentos das associações acima citadas, demonstram sobretudo, um olhar para além do contexto de influência (internacional e nacional) predominantemente direcionado ao capital. As notas divulgadas no ano de 2015, ano em que se iniciou a construção do documento da BNCC, têm por objetivo evidenciar aspectos relevantes, os quais não estavam sendo contemplados no documento, no sentido de apontar equívocos e contribuições para a melhoria da redação, tornando-a mais concisa.

É importante destacar o engajamento da ANPEd na promoção de debates sobre a BNCC, na 37ª Reunião Nacional, em outubro de 2015. Logo após a primeira versão ter sido colocada para consulta pública, o debate foi colocado em pauta, resultando na primeira nota de posicionamento, denominada: Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular¹, sistematizada pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT) 12: Currículo, em nome da ANPEd e da ABdC.

Ao tentar diálogo entre a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), as associações se opõem ao formato dado ao documento, listando uma série de problemáticas em sua redação e nas consequências futuras, caso sua implementação ocorresse como uma política de currículo nacional. Entendendo-

¹ Nota conjunta da ANPEd e ABdC sobre a BNCC em 2015: http://anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf?_ga=2.6006451.1689490491.1593113356-10451838.1587762965

-o como um documento de caráter uniformizador, no qual a:

Proposta para a formação humana é a modelização, a homogeneização por meio da acentuação dos processos de administração centralizada, ignorando as “realidades locais”, suas especificidades, possibilidades e necessidades, buscando produzir identidades serializadas e eliminando as diferenças (ANPEd; ABDC, 2015, p.2).

Entre diversas críticas, está o aligeiramento em sua construção, visto que os “prazos são antecipados, debates minimizados, participações reduzidas a seminários de audiência muda e consultas eletrônicas para legitimação de um processo sem roteiro definido” (ANPEd; ABDC, 2015, p. 7).

Mesmo considerando a imaturidade do documento, em sua primeira versão, as associações não deixaram de expor suas preocupações com os possíveis rumos do ensino no país, em nota a ANPAE¹, ainda em 2015, reconhece que por:

Se tratar de um documento preliminar, entendemos que o governo deu um primeiro passo para estimular o processo de discussão sobre a BNCC. No entanto, podemos apontar alguns desafios para o seu prosseguimento: como parte do currículo nacional, como a BNCC irá se articular com questões, tais como, **a avaliação, o monitoramento, a produção de material didático, a formação de professores, a formulação dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, a relação entre a educação pública e a privada**, entre outros temas igualmente importantes para a discussão curricular da educação básica. Todas essas questões articulam-se à concepção curricular que a norteia. Nesse sentido, a possibilidade de regulação e controle dos sistemas de ensino em nível nacional, via BNCC, se amplia consideravelmente, além de abrir caminho para um entendimento restrito de BNC, encarada como currículo (único) nacional e, sobretudo, como relação de conteúdos mínimos prescritivos (competências e habilidades) a serem desenvolvidos em cada etapa/nível de escolarização, especialmente considerando a estreita vinculação entre currículo e avaliação em larga escala, com flagrante expansão nos últimos anos [...] Entendemos, assim, que a adoção desse tipo de concepção de BNCC nos processos pedagógicos, na gestão e na **formação de professores** seria desastrosa e, ainda, um retrocesso que poria em risco conquistas e avanços alcançados ao longo de anos (ANPAE, 2015, p. 3, grifo nosso).

Após um período político conturbado no país em 2016, a comissão da 1ª e 2ª versão da BNCC foi desfeita e a 3ª versão foi entregue pelo Comitê Gestor Instituído, em 2017. A ANPEd² se posiciona, em nota, sobre essa versão, em abril de 2017, es-

1 Nota da ANPAE sobre a BNCC em 2015: <https://www.anpae.org.br/website/documentos/ANPAE-Doc-Preliminar-de-analise-da-BNCC-02-11-2015.pdf>

2 Nota da ANPEd sobre a 3ª versão da BNCC em 2017: <http://www.anped.org.br/sites/default/>

tendendo suas críticas em síntese:

A metodologia de elaboração que privilegia **especialistas** e subalterniza o diálogo com as comunidades escolares quanto suas evidentes implicações nos processos de avaliação, de ensino e aprendizagem, na **homogeneização das matrizes curriculares, na formação de professores e autonomia das escolas que se fragilizam com a lógica de centralização que a BNCC instaura na educação escolar** (ANPEd, 2017, p. 1, grifo nosso).

Em 2018, os posicionamentos das associações tiveram maior expressão, uma vez que a BNCC, para o EF, já havia sido entregue, em 2017, e, então, se instalou um movimento para implementação do Novo Ensino Médio e da Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017. Além das críticas ao documento, muitas notas expressam a indignação com a brusca mudança no EM, além da corrida para que ele fosse homologado e inserido na versão final da BNCC, com todas as etapas de ensino da Educação Básica, ainda naquele ano. Esta é uma das mais destacadas críticas nas notas: a exclusão do EM das versões de 2017 da BNCC. Configurando um descolamento total desta etapa, que é parte integradora da Educação Básica brasileira (ANPED; ABRAPEC, 2018).

A ANFOPE¹, em nota, declara que já consideravam a BNCC ultrapassada, por ter a aprendizagem baseada em competências e habilidades, apontando para “processos de centralização, padronização e controle incompatíveis a formação integral de estudantes e professores, desrespeitando a rica diversidade cultural e autonomia das escolas brasileiras” (ANFOPE, 2018, p. 1). Com a BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018), a história se repete, sendo considerada um:

Grave retrocesso à educação, favorecendo a precarização da formação das juventudes brasileiras, processos de **privatização e empresariamento da oferta pública de Ensino Médio**, aprofundando as **desigualdades** educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude do direito inalienável à educação com qualidade social, consolidando o processo de *apartheid* social dos mais pobres. A BNCC, em consonância com a Reforma do Ensino Médio da qual é indissociada e complementar, **amesquinha o currículo**, priorizando as competências em detrimento do estudo dos **conteúdos fragmentados** nas áreas do conhecimento, distorce o conceito de educação integral, e agora, induzindo a oferta a distância, mais uma estratégia de mercantilização da educação básica. **Re-**

files/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira-versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf

1 Nota da ANFOPE em 2018: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Nota-Anfope-BNCC-EM-2018-Brasilia-14setembro.pdf>

podíamos a BNCC, uma proposta que empobrece e reduz ao mínimo o currículo, negando o direito ao conhecimento intelectual, ao excluir uma série de disciplinas e conhecimentos básicos e, que, portanto, deveriam ser garantidos como comuns a todos (ANFOPE, 2018, p. 2, grifo nosso).

A nota termina com uma afirmativa, em caixa alta, de que “EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!” (ANFOPE, 2018, p.3). Enquanto alguns grupos se opõem à BNCC-EM, outros, como ABdC¹, buscam uma união entre as instituições de ensino que, após a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, já deveriam adequar seus currículos à BNCC do EF.

Assim a associação recomenda, em nota, a:

Promoção de ações junto aos professores nos diferentes cursos de licenciatura e nas secretarias municipais de educação como estratégia de discussão crítica a este cenário. Entendemos que é momento de intensificar o debate sobre currículos fortalecendo a perspectiva de produção local - na linha da campanha “Aqui já tem currículo” (parceria ANPEd/ABdC) -, **a autonomia e a autoria de professores, estudantes e escolas para que assumam o protagonismo em desafio à BNCC** (ABdC, 2018, p. 1-2, grifo nosso).

Dessa forma, as associações utilizaram suas representatividades para a crítica, desenvolvendo seu papel na defesa, e garantia da educação pública gratuita e de qualidade. Constituíram-se resistências diante das ameaças do desmonte da educação, buscando garantir uma formação digna, libertadora e diversa aos estudantes.

A partir da análise do contexto de produção de texto produzido por essas associações e entidades educacionais é perceptível a luta travada para estabelecer sentidos às políticas emergentes desse contexto de influência (BALL, 1992). Em que, desta influência, participam institutos, fundações e grandes empresários do país - mergulhados nos ideais neoliberais e nas políticas de mercado. Nesse sentido, cabe a pergunta: queremos um currículo para quê e para quem?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 Nota da ABdC sobre a BNCC em 2018: http://docs.wixstatic.com/ugd/f7609a_48c-14647478d4109ab23fbf7889d94d2.pdf

Em 2018, foi homologada pelo CNE a BNCC para a Educação Básica. O documento a partir de então passa a ter caráter normativo, não sendo mais apenas um mero orientador curricular, como os antigos PCN. A Base agora é lei! E o que mudou, além da força de lei que a BNCC possui?

Esse caráter normativo evidencia que a política nacional proposta pela BNCC impõe uma padronização curricular, determinando tanto os conhecimentos quanto a forma de aprendê-los. Essas mudanças impactam não só o trabalho docente, como também a carreira do futuro professor, a elaboração de materiais didáticos, a (re)organização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas, Projetos Pedagógicos de cursos de Licenciatura (PPCs) e as matrizes das avaliações externas. Além de incorporar e apropriar, pela via da lógica das competências e habilidades, preceitos de individualização, competição, *accountability*¹ e responsabilização ao ambiente escolar.

A escrita desse texto ajuda-nos a perceber os posicionamentos das associações e entidades envolvidas historicamente com a Educação e também com a formação de professores – uma vez que, a partir de uma Base para Educação Básica, já temos o alinhamento das políticas educacionais do ensino superior por meio da homologação e aprovação da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019) e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020).

Destaca-se aqui, que o propósito dessa escrita foi demonstrar por meio da análise de dois contextos distintos, mas complementares – o contexto de influência e da produção de texto - os posicionamentos das principais associações e entidades educacionais em relação a um Currículo Nacional, uma Base!

AGRADECIMENTOS:

Ao Grupo de Pesquisa IDEIA - Educação em Ciências/UFSM, Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências/UFSM e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1 Ver mais em AMESTOY (2019).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Relato da Resistência à Instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação Mediante Pedido de Vista e Declarações de Votos. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. Cap. 1. p. 8-22. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

AMESTOY, M. B. **A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS**. 2019. 265p. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO (ABDC). **Nota ABdC sobre processos de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental**. 2018. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/f7609a_48c14647478d4109ab23fbf7889d94d2.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE). **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2015. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/website/documentos/ANPAE-Doc-Preliminar-de-analise-da-BNCC-02-11-2015.pdf>>. Acesso em 09 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO (ABDC). **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf?_ga=2.6006451.1689490491.1593113356-10451838.1587762965>. Acesso em: 08 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Nota da ANPEd sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE)**. 2017. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira-versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Manifesta sua posição contrária à BNCC do Ensino Médio**. Brasília: Anfope, 14 set. 2018. Disponível em: <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Nota-Anfope-BNCC-EM-2018-Brasilia-14setembro.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The

Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, p. 1-9, nov. 2017.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BALL, Stephen J. Global Education Policy: reform and profit. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos En Política Educativa**, [S.L.], v. 3, p. 1-14, set. 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/rete-pe.v.3.015>.

BRANCO, E. P. *et al.* **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2018. 135 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> >. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, Diário Oficial da União, seção: 1, p. 46, de 15 de abril de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-r-cp002-19/file>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, Diário Oficial da União, seção: 1, p. 103, de 29 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 18 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros

Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORRÊA, A.; MORGADO, J. C. Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro. **Textura** - Ulbra, [S.L.], v. 22, n. 50, p. 19-35, 31 mar. 2020.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

HYPÓLITO, A. M. BNCC, AGENDA GLOBAL E FORMAÇÃO DOCENTE. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 187-201, 07 ago. 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

SAVIANI, D. **A defesa da escola pública no Brasil**: difícil, mas necessária. In: Nora Krawczyk. (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2018, v. 1, p. 35-51.